



CÂMARA MUNICIPAL

AJUSTE DIRETO

PROCEDIMENTO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS - LOTE 3 AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO 1206/AQ/DCP/2023

PROCESSO 60/DCP/2025

CONVITE

Ao abrigo do disposto no artigo 31.º do caderno de encargos do “Acordo Quadro para a aquisição de Serviços de Seguros” (Proc.º 1206/AQ/DCP/2023), cujo contrato foi celebrado em 23 de fevereiro 2024 o Município de Cascais, na qualidade de entidade adquirente, solicita a Vs. Exas. a apresentação de proposta, que deverá ter em conta o caderno de encargos que faz parte integrante do referido Acordo Quadro, a proposta apresentada no âmbito do referido Acordo Quadro, bem como os seguintes artigos do presente Convite:

Artigo 1.º

Objeto da prestação de serviços

O objeto do presente procedimento é a aquisição de serviços de seguros - Lote 3 – Serviços de Seguros de Acidentes Pessoais Atividades temporárias (cultura, desporto e recreio), Seguro de Acidentes Pessoais Utentes de Instalações desportivas, Culturais e recreativas abertas ao Público, Seguro Voluntariado e Seguro Escola, ao abrigo do disposto no artigo 31.º do caderno de encargos do “Acordo Quadro para a aquisição de serviços de seguros (Proc.º 1206/AQ/DCP/2023)”.

Artigo 2.º

Entidade pública adjudicante

1 - A entidade pública adjudicante é o Município de Cascais, sita na Praça 5 de Outubro, 9, 2754-501 Cascais, com o número de telefone 214 825 000.

2 – O procedimento foi autorizado por decisão do Sr. Presidente da Câmara, tendo em conta a competência delegada pela Câmara Municipal de Cascais, em deliberação de 21 de outubro de 2021 (alínea UU do anexo da proposta nº 1016/2021), atendendo ao disposto no n.º 2 do art.º 29º do Dec. Lei n.º 197/99 de 08 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14º do Dec. Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro.

Artigo 3.º

Procedimento de Aquisição

O presente convite é efetuado ao abrigo do “Acordo Quadro para a aquisição de serviços de seguros” (Proc.º 1206/AQ/DCP/2023)”, de acordo com o disposto no n.º 1 e 3 do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver regulado, as disposições do caderno de encargos do Acordo Quadro referido.

Artigo 4.º**Preço contratual**

1 - O preço base é de € 173.456,14 (cento e setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e seis euros e catorze cêntimos), para 12 meses, e compreende os seguintes serviços:

- Serviços de Seguros de Acidentes Pessoais Atividades temporárias (cultura, desporto e recreio), Seguro de Acidentes Pessoais Utentes de Instalações desportivas, Culturais e recreativas abertas ao Público, Seguro Voluntariado e Seguro Escola, referente ao Lote 3 do Procedimento de Acordo Quadro de aquisição de serviços de seguros, Processo 1206/AQ/DCP/2023.

2 – Os valores indicados são isentos de Imposto sobre Valor Acrescentado.

Artigo 5.º***Prazo da prestação de serviços***

1 - O contrato que se pretende celebrar com o presente procedimento inicia a sua vigência previsivelmente em 01 de abril de 2025.

2 - O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

Artigo 6.º***Proposta***

1- A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do presente convite e anexos, bem como do conteúdo do caderno de encargos do Acordo Quadro, nos termos do modelo constante do Anexo I ao presente convite;
- b) Proposta de preço preenchida de acordo com o modelo constante do ficheiro Anexo II - Modelo proposta de preço;
- c) Certidão Permanente do Registo Comercial ou indicação do respetivo código de acesso.

2 – A proposta é circunscrita ao aspeto da execução do contrato a celebrar submetido à concorrência pelo caderno de encargos do acordo-quadro, para os efeitos do procedimento de formação do

contrato a celebrar ao seu abrigo, designadamente, o preço, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 259.º do CCP.

3 - O co-contratante fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 90 dias, a contar da data do termo do prazo para a apresentação da sua proposta.

Artigo 7.º

Modo de apresentação da proposta

1 - A proposta e todos os documentos que a constitui devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos efeitos, sobre os respetivos originais.

2 - A proposta elaborada nos termos do artigo 5.º e os documentos que a acompanham, devem ser carregados na plataforma eletrónica Acingov em www.acingov.pt assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado digital de assinatura eletrónica qualificada.

3 - Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar directamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá ser submetido à plataforma um documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

4 – A proposta apresentada não será objeto de negociação.

Artigo 8.º

Prazo para apresentação de Propostas

A proposta e os documentos que a acompanham deverão ser enviados até às **23H59** do **6.º dia** a contar do envio do presente convite.

Artigo 9.º

Adjudicação e Habilitação

1 - No prazo de cinco dias úteis após ter conhecimento da adjudicação, o co-contratante deverá enviar pelo meio indicado no n.º 1 do artigo 83.º do Código dos Contratos Públicos, os seguintes documentos:

A. Declaração conforme modelo constante do “**Anexo III**” a este convite que, conforme o nº 2 da declaração, deverá incluir como anexos os seguintes documentos:

i. **Documento comprovativo** de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b) e h) do artigo 55º do CCP; **(registo criminal da entidade adjudicatária bem como de todos**

os titulares que devem ter como finalidade “contratação pública (Código dos Contratos Públicos)”)

- ii. **Documento comprovativo** passado pela Repartição de Finanças ou documento comprovativo de autorização de consulta **de se encontrar em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português**, ou ao estado de que seja nacional;
 - iii. **Documento comprovativo** emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social ou documento comprovativo de autorização de consulta **de se encontrar em situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social** em Portugal ou no estado de que seja nacional.
- B. Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)** – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.
- C. Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas** salvo se for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, sendo que a verificar-se este facto, deve a adjudicatária apresentar documento comprovativo do mesmo ou documento onde conceda permissão à entidade adjudicante para consulta do processo de certificação da mesma, junto do IAPMEI.

2 – Todos os documentos de habilitação deverão ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o cocontratante fazê-los acompanhar de tradução legalizada ou tradução não legalizada, mas acompanhada de declaração do concorrente, nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 10.º

Caução para garantir o cumprimento de obrigações

Não será exigida a prestação de caução nos termos do nº 2 do artigo 88º do CCP.

Artigo 11.º

Outorga do contrato

O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito em data conveniente para as duas partes, no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da aceitação da minuta pelo adjudicatário,

ou consoante o caso, do conhecimento sobre a decisão da reclamação contra aquela, sem prejuízo do previsto no disposto no n.º 1 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 12.º

Pagamentos

- 1 - As quantias devidas, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pela CMC das respetivas faturas, que serão emitidas de acordo com o previsto no Regime Jurídico do Contrato de Seguro e com a periodicidade fixada no caderno de encargos.
- 2 - Em caso de discordância por parte da CMC, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 3 - As faturas são enviadas pelo adjudicatário para a CMC, nos termos do artigo 299.º-B do CCP, com a indicação expressa do respetivo número de compromisso e do número de requisição externa, nos termos da lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e do decreto –lei nº 127/2012, de 21 de junho.
- 4 - As faturas deverão ser submetidas de forma desmaterializada sob tecnologia Electronic Data Interchange (E.D.I.) no portal de faturação eletrónica Saphetydoc da Saphety ou no portal de faturação ilink da acinGov.

Artigo 13.º

Adiantamentos

No âmbito da presente aquisição de serviços não há lugar a adiantamentos.

Artigo 14.º

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente regulamentado no presente convite e no Acordo Quadro para a aquisição de serviços de seguros (contrato e caderno de encargos), aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.